

MANIFESTO DE MAPUTO 2024

Recuperar o futuro de África
através de uma visão
feminista da dívida e do
desenvolvimento



AFRICAN FORUM AND NETWORK
ON DEBT AND DEVELOPMENT



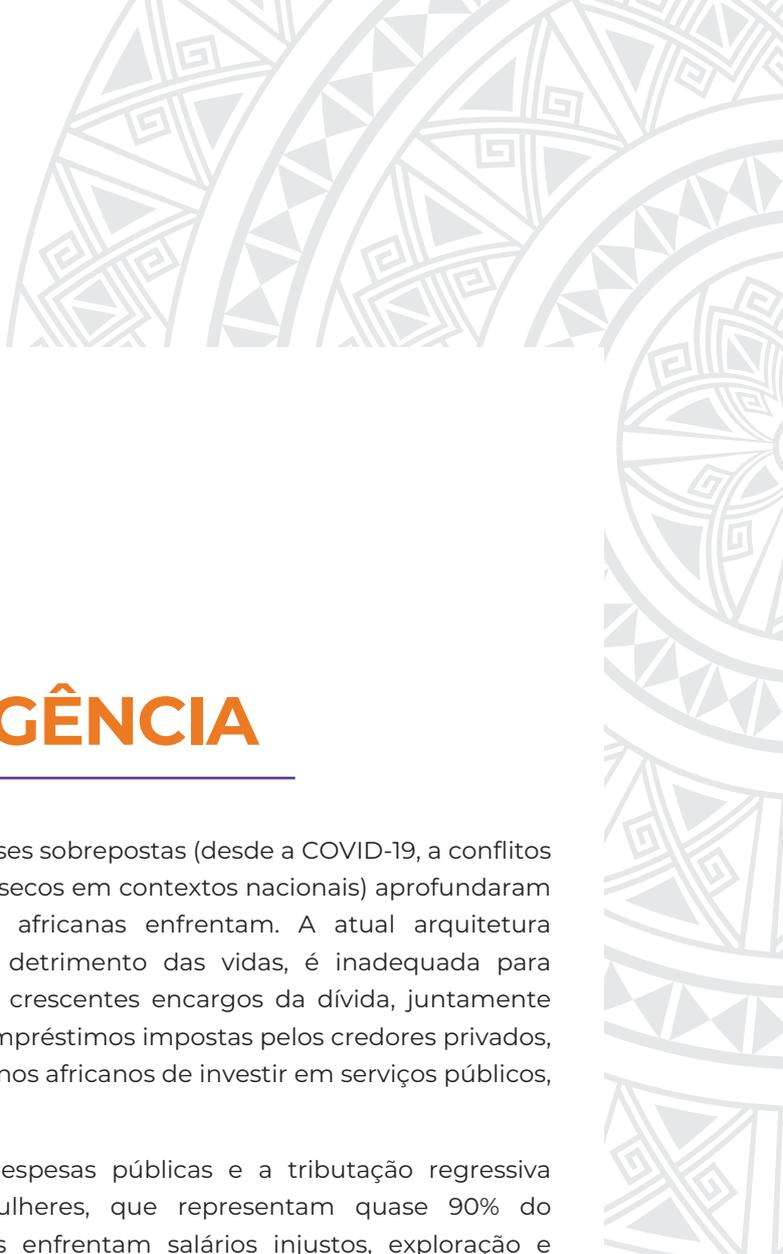


PREÂMBULO

Reunidos em Maputo, de 28 a 30 de agosto de 2024, para a 4.^a Conferência Africana sobre dívida e desenvolvimento (AfCoDD IV), reconhecemos um momento crítico na história de África. A crise da dívida continua a exercer um controlo opressivo sobre as nossas economias, aprofundando as desigualdades e afetando desproporcionalmente mulheres e raparigas em todo o continente. Esta realidade leva-nos a reconhecer a urgência de uma resposta coletiva e transformadora.

O AfCoDD IV foi moldado pela necessidade de construir uma agenda feminista da dívida, que desconstrua o pensamento macroeconómico convencional, ofereça princípios feministas para enfrentar o dilema da dívida e do desenvolvimento, e quebre as assimetrias de poder que marginalizam as mulheres.

Portanto, nós, abaixo assinados, apresentamos o **Manifesto de Maputo 2024** - um compromisso de adotar uma visão feminista da dívida e do desenvolvimento, reconhecendo que a luta contra a dívida está intrinsecamente ligada à luta pela igualdade de género e justiça social.



CONTEXTO E URGÊNCIA

Os desafios continuamente exacerbados por crises sobrepostas (desde a COVID-19, a conflitos geopolíticos e crise climática, até desafios intrínsecos em contextos nacionais) aprofundaram as desigualdades sistêmicas que as nações africanas enfrentam. A atual arquitetura financeira global, que prioriza os lucros em detrimento das vidas, é inadequada para satisfazer as necessidades das populações. Os crescentes encargos da dívida, juntamente com as condições restritivas de concessão de empréstimos impostas pelos credores privados, limitaram severamente a capacidade dos governos africanos de investir em serviços públicos, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade.

As medidas de austeridade, os cortes nas despesas públicas e a tributação regressiva sobrecarregam desproporcionalmente as mulheres, que representam quase 90% do emprego informal em África. Estas mulheres enfrentam salários injustos, exploração e ausência de direitos laborais básicos, como pensões e licença de maternidade. Apesar de representarem a maioria no setor público e serem a espinha dorsal das nossas economias e comunidades, continuam a ser marginalizadas.

Neste contexto, a crise da dívida em África não é apenas uma questão económica; é uma profunda preocupação feminista, pois demonstra a interseção da dívida e do género. Por tal razão, nesta conferência, optamos deliberadamente por abordar esta crise através de uma visão feminista, que expõe e desafia as desigualdades estruturais incorporadas no atual sistema económico e financeiro.

DESAFIOS DESTACADOS

Durante as discussões, foram destacadas as seguintes questões críticas:

1. Entre 2010 e 2021, os pagamentos de juros sobre a dívida em África aumentaram de forma alarmante 132%, o que significou a redução de gastos críticos na educação, saúde e investimento público. Hoje, quase metade dos países africanos atribui mais fundos ao serviço da dívida do que a setores críticos como a educação, a saúde e o investimento público.
2. Os cortes na dotação orçamental para a saúde e para a educação em África têm um impacto desproporcional sobre as mulheres, que constituem quase 90% do setor informal e, muitas vezes, atuam como cuidadoras primárias e educadoras nas suas famílias. Este declínio no financiamento leva a piores resultados na saúde, ao aumento das taxas de abandono escolar das raparigas e a um declínio geral no bem-estar da comunidade.
3. A falta de investimento a longo prazo na educação, impulsionada pelos encargos da dívida, levou à negligência contínua da educação das mulheres em África, o que resultou em altas taxas de analfabetismo e casamentos precoces. Normas culturais, barreiras económicas e infraestruturas educativas inadequadas também contribuem para estes desafios.
4. As mulheres são frequentemente excluídas das dotações financeiras, com apenas 37% a serem titulares de uma conta bancária na África Subsariana.
5. As medidas de austeridade restringem frequentemente o acesso das mulheres a recursos essenciais, como abrigos, aconselhamento e assistência judicial, que são vitais para escapar a situações abusivas. A redução destes sistemas de apoio aumenta a vulnerabilidade e o isolamento das mulheres, e cria grandes barreiras à comunicação de incidentes de violência baseada no género.
6. A não existência de orçamentação sensível ao género, e a falta de dados sobre as contribuições económicas das mulheres e sobre pagamentos de impostos desagregados por género, dificulta a responsabilização e torna difícil alinhar as políticas com as necessidades sociais.
7. A Arquitetura Financeira Mundial, desenhada após a II Guerra Mundial, para servir os interesses das nações industrializadas, não tem evoluído para ir de encontro às necessidades de países em desenvolvimento, o que leva a desigualdades sistémicas que favorecem os países mais ricos.

ALTERNATIVAS E CAMINHOS FEMINISTAS

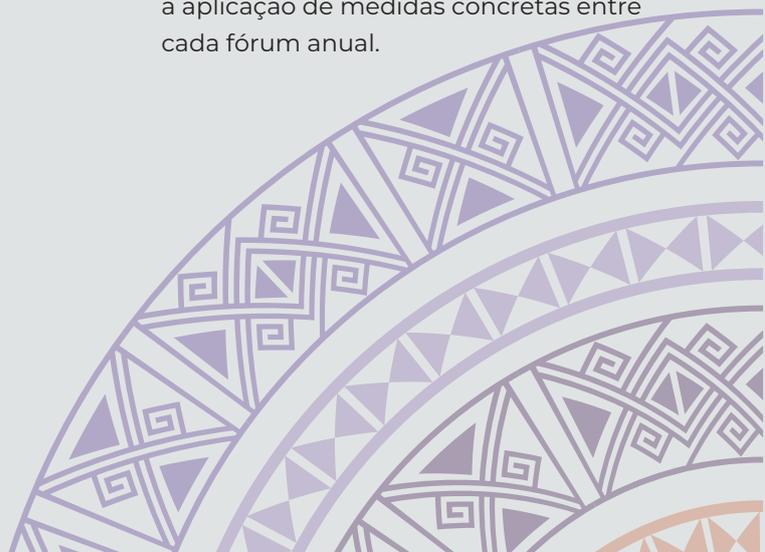
Propomos uma mudança radical na forma como a dívida e o desenvolvimento são abordados em África, adotando um modelo económico feminista que prioriza a justiça social, a equidade e o bem-estar de todos os cidadãos. As nossas principais recomendações e propostas políticas incluem:

1. Investir na liderança feminina e garantir que as histórias e contribuições das mulheres sejam reconhecidas e preservadas.
2. As mulheres africanas devem continuar a ter espaço e recursos para contar as suas histórias. Temos de recordar, não apagar, o contributo das mulheres para a economia de África. Compreender as contribuições das mulheres no passado é essencial para evitar as armadilhas da modelação de sistemas políticos e económicos em quadros dominados unicamente pelos homens.
3. Aumentar a representação das mulheres na tomada de decisões políticas e económicas, em especial nas negociações sobre a dívida e as políticas de desenvolvimento. Reconhecer que a representação por si só é insuficiente; priorizar a inclusão de mulheres com valores feministas em posições de liderança.
4. Promover sistemas eleitorais inclusivos, incentivando os partidos políticos a demonstrarem um compromisso forte com a representação feminina e elevando essa responsabilidade aos eleitores, que devem exigir candidatas do sexo feminino aos seus partidos.
5. Reformar os sistemas fiscais para criar políticas mais justas e equitativas que abordem as desigualdades de género e promovam a justiça social.
6. Promover economias de cuidado através do desenvolvimento de quadros económicos que abordem as desigualdades estruturais e garantam o acesso equitativo aos recursos, oportunidades e benefícios para as mulheres. Trata-se de dismantelar estruturas patriarcais e neocoloniais que perpetuam a discriminação baseada no género.

7. Ir além de um foco restrito apenas no empoderamento económico, que pode ser uma distração. Enfatizar os sistemas de proteção social, os investimentos nos mercados de trabalho e a criação de oportunidades de emprego com redes robustas de segurança social.
8. Defender a anulação e reestruturação da dívida que considere os impactos sociais e de género do reembolso da dívida, garantindo que as nações africanas possam investir em sistemas de saúde, educação e proteção social.
9. Os governos africanos devem formar uma frente unificada nas negociações internacionais, exigindo termos mais justos em termos de dívida e acordos financeiros, que priorizem o bem-estar dos seus cidadãos, em particular das mulheres e das raparigas. Ao trabalharem em conjunto, as nações africanas podem aproveitar o seu poder e recursos coletivos para desafiar o domínio do Norte Global e criar relações económicas mais equitativas e sustentáveis.
10. Exortar a adoção de políticas que desmantelem as estruturas patriarcais e neocoloniais, assegurando que as decisões económicas sejam tomadas com a plena participação das mulheres e dos grupos marginalizados. Isto envolve desafiar o paradigma económico dominante que prioriza o lucro sobre as pessoas e o planeta, e defender modelos alternativos que priorizem a justiça social e ambiental.
11. Apoiar a criação de instituições regionais robustas que possam liderar a independência financeira de África e garantir a transparência, a responsabilização e a inclusão em todas as políticas económicas.
12. Os países africanos não são menos poderosos do que os países desenvolvidos; possuem os recursos necessários para um crescimento contínuo. A África tem um potencial significativo e deve afirmar o seu papel de criador de regras na economia global.

Durante o evento, também foram identificadas as seguintes ações de curto prazo:

1. Reunir dados desagregados e realizar pesquisas específicas de género para entender quais os fatores que impulsionam ou impedem o progresso das mulheres. Isso inclui avaliar a eficácia das leis atuais e identificar barreiras culturais que podem impedir progressos.
2. Lançar uma campanha destinada a abolir leis e práticas culturais que sustentem a desigualdade de género e prejudiquem as mulheres. Abordar normas culturais prejudiciais é fundamental para promover um ambiente onde as mulheres possam prosperar.
3. Para garantir um envolvimento global coerente, deve haver uma agenda transformadora clara e bem definida para os níveis local, nacional e regional. Esta agenda deve incorporar uma base económica sólida e uma visão feminista. É essencial ir além dos objetivos aspiracionais e articular um caminho concreto para a implementação.
4. Criar um Grupo de Trabalho para propor e implementar um plano de ação mensurável, que permita avaliar os progressos realizados em cada fórum anual com base nos resultados deste evento e apoiado pelos estudos existentes. Esta iniciativa visa assegurar a aplicação de medidas concretas entre cada fórum anual.



COMPROMISSO

Ao concluirmos o AfCoDD IV, assumimos os seguintes compromissos para orientar o nosso trabalho em matéria de dívida e justiça económica:

I. Identidade e Afro-feminismo

Comprometemo-nos a criar e promover teorias e discursos feministas africanos que reflitam as diversas realidades do continente. Vamos recuperar a rica história de resistência de África contra todas as formas de discriminação (seja baseada no patriarcado, raça, classe ou imperialismo global).

II. Descolonização

Comprometemo-nos a trabalhar ativamente no sentido de dismantelar as estruturas coloniais e as influências nos domínios económico, cultural e político. O nosso feminismo Pan-Africano é inerentemente decolonial, com o objetivo de libertar as nossas nações e povos de todas as formas de colonização.

III. Memória e História

Comprometemo-nos a preservar e a aprender com a história de África, garantindo que as gerações futuras tenham conhecimento das conquistas e lutas passadas. Honraremos esta memória como base para a construção do nosso futuro.

IV. Resistência e Reconstrução

Resistiremos às práticas económicas exploradoras e repensaremos os sistemas económicos para dar prioridade ao bem-estar de todos os cidadãos. Isto inclui rejeitar práticas capitalistas neoliberais que mercantilizam o trabalho e a vida e, em vez disso, promover economias de cuidados e vida.

V. Recuperação de Valores

Comprometemo-nos a recuperar a humanidade, a dignidade, a autonomia e a interligação de África. Estamos comprometidos com a cura, a irmandade e a alegria, e honraremos a sacralidade do ecossistema em que vivemos.

APELO À AÇÃO

Apelamos a todas as partes interessadas (cidadãos africanos, líderes governamentais, sociedade civil e organizações internacionais) que se unam num compromisso comum de transformar a crise da dívida numa oportunidade para promover a igualdade de género e o desenvolvimento sustentável. Convidamos todas as partes interessadas em toda a África a apoiar e assinar este manifesto dentro de um período de três meses, solidificando a nossa determinação coletiva de recuperar o futuro da África e garantir que o nosso continente se torne um criador de regras, e não um seguidor de regras, no Sistema Financeiro Global.



**AFRICAN FORUM AND NETWORK
ON DEBT AND DEVELOPMENT**

31 Atkinson Drive, Hillside,
PO Box CY1517, Causeway, Harare, Zimbabwe,
Tel: +263 4 778531/6, +263 2912751-4
Email: info@afrodad.org
Website: www.afrodad.org

